

Afinal, o que faz um psicanalista na Clínica do Testemunho?

Maria Beatriz Costa Carvalho Vannuchi

Resumo Este texto testemunha uma prática psicanalítica na Clínica do Testemunho no Instituto Projetos Terapêuticos, em São Paulo. Como prática inserida num programa de reparação para vítimas da violência de Estado da Comissão da Anistia, essa clínica tem suas especificidades. A proposta terapêutica consiste na criação de espaços intermediários que permitam o trabalho de recuperação e criação de uma rede de representações e traços de memória que possam restituir lugar na história do sujeito para aquilo que está marcado como um trauma e que se apresenta pelo imperativo da dor, do silêncio e do desmentido.

Palavras-chave violência; laço social; desmentido; dor; testemunho e linguagem.

Maria Beatriz Costa Carvalho Vannuchi é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, coordenadora do Núcleo de Atendimento de Famílias no *Projetos Terapêuticos* e membro da equipe clínica da Clínica do Testemunho no Instituto Projetos Terapêuticos.

Minha memória está se movendo como estilhaços do amado caleidoscópio que perdi, menino, em Vila Isabel.¹

Em tempos de Comissão da Verdade, vários de nós, revolvidos pelos afetos e imagens do terror daquela época, fomos convocados a falar, escrever, pesquisar e escutar – fazer algo com os *porões* de nossa memória, tal como o poeta Aldir Blanc.

Este texto é um testemunho de uma psicanalista que pensa a psicanálise como uma práxis em seu tempo e que escolheu a Clínica do Testemunho como caminho de construção de uma memória que nos pertence a todos.

Já são 50 anos do golpe no Brasil e 40 da sistematização da doutrina de Segurança Nacional, verdadeira “arquitetura de exceção”² projetada pela ditadura civil-militar. O Estado de Exceção³ no Brasil “destruiu livros e documentos, invadiu *campi* universitários, proibiu leituras de obras e de autores considerados antifascistas, socialistas, comunistas entre outros. Censurou textos, livros, letras de músicas, peças de teatro, e criou a função de censor, em redações de jornais e em veículos de comunicação; legitimou a delação, a espionagem entre vizinhos, a escuta telefônica e criou um clima de suspeição, incômodo e de vigilância permanente. Principalmente, instituiu a pena de morte por fuzilamento e o banimento do solo brasileiro. Não instituiu legalmente duas figuras trágicas, que, se legalizadas, colocariam explicitamente o país na contramão das Convenções de Genebra: a autorização para a tortura e o desaparecimento forçado dos opositores capturados”⁴.

1 A. Blanc: “Em busca da justiça”. Disponível em: <<http://www.oabrp.org.br/artigo/3130/.2012>>.

2 M. A. A. C. Arantes, “A tortura no Brasil durante a ditadura civil-militar”, in *Tortura*, p. 123.

3 Estado de exceção é um conceito de G. Agamben: “um patamar de indeterminação entre a democracia e o absolutismo”. Agamben *apud* M. A. A. C. Arantes, *op. cit.*, p. 123.

4 M. A. A. C. Arantes, *op. cit.*, p. 129.



*paralela, mas correlata
à pseudolegalidade, a ditadura
civil-militar organizou uma verdadeira
máquina de demolição
dos seus opositores: a ordem era
eliminar os inimigos em todas
as dimensões – assassinar, torturar,
desumanizá-los, mantê-los apartados
do corpo social para que o crime
não deixasse vestígios*

104

PERCURSO 52 : junho de 2014

A lei como impostura, a pseudolegalidade, acarreta até hoje efeitos na sociedade brasileira.

Paralela, mas correlata à pseudolegalidade, a ditadura civil-militar organizou uma verdadeira máquina de demolição dos seus opositores: a ordem era eliminar os *inimigos* em todas as dimensões – assassinar, torturar, desumanizá-los, mantê-los apartados do corpo social para que o crime não deixasse vestígios.

A violência do crime sob a tutela do Estado se reitera por seu desmentido, apagando os registros e as provas de sua realidade, destruindo a memória não só nos sujeitos um a um, mas na sociedade como um todo, suprimindo os índices de confirmação que compõem nosso juízo de existência.

Nos últimos anos, nos escritos acadêmicos e mesmo em algumas publicações oficiais, já encontramos registros da estrutura dessa arquitetura, assim como de seus efeitos, as perdas e as sequelas provenientes dessa política de Estado. Porém, somente nos últimos meses, em função das Comissões da Verdade⁵ e dos eventos ligados aos 50 anos do Golpe, o discurso social tem sido interrogado pelo cinema, pela literatura e até mesmo por reportagens jornalísticas na forma de testemunhos.

O testemunho, como trabalho de construção de memória, “ao confrontar a humanidade com sua parte maldita e chamar a atenção para a posição ética que consiste em transmitir o indizível se tornou, se assim posso dizer, a forma privilegiada de narrar uma experiência qualificada de intransmissível, justamente por aqueles que tentam transmitir-la”⁶. Tomado como conceito, desde a metade do século xx em função das catástrofes históricas desse período, o testemunho tem sido objeto de estudo tanto em seu aspecto jurídico como literário e histórico. Certamente todos estes aspectos se entrelaçam e são interdependentes.

Este texto busca fazer um recorte, um relato sobre a experiência da Clínica do Testemunho como uma prática de reparação subjetiva, que tem como eixo um trabalho com a construção de memória. Entre os que viveram diretamente a ditadura, seus filhos e netos há, pelo menos, três gerações, todas marcadas com diversas impressões por esses episódios. Impressões que impelem a buscar algum trabalho de restauração. A clínica tem nos mostrado que isso quer ganhar palavras.

São muitos os resquícios do medo, do silêncio e dos desaparecimentos. Restos impressos naqueles que viveram os tempos de cisões e omissão. Nas novas gerações, a invasão desses estilhaços manifesta-se na profusão de fenômenos que parecem invadir como dor, ferida sem palavras, lesão, desarranjo que sangra, ostentação de excesso, acompanhados de um aparente *des-caso* com a história.

Até recentemente, as narrativas referentes a toda violência ficavam restritas a denúncias de alguns grupos de familiares de mortos ou desaparecidos ou a ex-presos políticos que conseguiam se manifestar em grupos dedicados à manutenção da memória⁷. Estes, num esforço reiterado, falam e reivindicam da sociedade e do Estado medidas para que não se esqueça. Uma atividade de rememoração sem descanso na apresentação da dor, que atesta os danos subjetivos, demonstração que por sua própria necessidade de recorrência dá testemunho da dimensão de estrago no laço social.

No discurso corrente, é como se nada tivesse acontecido ou como se o acontecido fosse pouco importante, consistisse em episódios esporádicos referentes a alguns grupos de *subversivos e terroristas*. Os órgãos de imprensa costumeiramente representam essa posição, com artigos e editoriais que consideram *ressentimento* ou *vingança* as iniciativas de recuperação da verdade dessa história. Até a cínica expressão *dita-branda* foi usada como se fosse uma verdade. Grande parte da população não sabe, não quer saber ou não acredita que tais atrocidades tenham sido cometidas em nome da segurança nacional. E isso se repete...

Mais do que qualquer outro texto autobiográfico, o testemunho é uma apóstrofe, um endereçamento a um outro, que representa a comunidade humana da qual a testemunha foi isolada num determinado momento de sua existência pelo acontecimento que testemunha. Quando uma testemunha toma a palavra é para afirmar o irredutível de uma experiência, ao mesmo tempo que é para reatar os fios de uma vida interrompida por essa experiência que a transformou radicalmente. Nesse sentido, podemos dizer que o testemunho se torna uma necessidade quando houve ruptura do laço social⁸.

A marca da violência se inscreve como um *pacto* que se arma no silêncio pelo terror que dissemina. A tortura faz calar⁹! A sujeição ao silêncio não se restringe ao torturador e torturado, mas a toda a sociedade. O saber da tortura paira como um saber impedido de ser dito, a princípio por uma ameaça explícita, depois pelo desmentido no discurso social. Há uma dimen-

5 Comissão Nacional da Verdade (CNV) é o nome de uma comissão brasileira que tem por objetivo investigar violações de direitos humanos, consideradas graves e ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil por agentes do Estado. Há também as comissões de âmbito estadual, municipal, de órgãos de classe e universitárias, que foram instituídas como desdobramento político da instituição da CNV.

6 C. Koltai, "O testemunho entre História e Psicanálise", p. 1.

7 Memorial da Resistência, Associação dos Ex-presos políticos, Comissão de Justiça e Paz, Organização Tortura Nunca Mais e outras organizações da sociedade civil.

8 R. Waintrater, *Sortir du génocide – témoignage et survivance*.

9 F. Sironi, "Introdução", in *Carrascos e Vítimas – Psicologia da tortura*, p. 19.

10 M. A. A. C. Arantes, *op. cit.*

»
*como uma prática própria
das relações de poder não
submetidas às leis da civilidade,
a tortura é uma tecnologia que
pretende reduzir a pessoa
humana de seu inimigo à morte
ou a uma condição
de vivente constrangido
ao limiar da vida biológica*

são insuportável no encontro com esse saber: o que foi vivido fica apartado do aparelho psíquico, recusado ou enquistado. Resta a dor como testemunho, efeito da comoção, da perda da trama de linguagem, perda dos enunciados que fazem referência e sustentam a existência.

Sim, a tortura é um crime demasiadamente humano¹⁰, mas ela visa desconstruir justamente o trabalho de humanização que a cultura imprime em cada um, dizimando as redes de sustentação subjetiva. Como uma prática própria das relações de poder não submetidas às leis da civilidade, é uma tecnologia que pretende reduzir a pessoa humana de seu *inimigo* à morte ou a uma condição de vivente constrangido ao limiar da vida biológica, a uma vida em que os sonhos e a realidade psíquica ficam devastados.

Há muito de indizível na inumanidade em que se encontram os que têm negada a sua condição de sujeito social. Na radicalidade da privação, da intensidade da dor, os viventes submetidos às piores atrocidades sofrem a ruptura da conexão entre o ser vivo e o ser que fala, restando ao sujeito psíquico a condição de suspensão. Na prática da tortura, a palavra é pervertida em sua função e reduzida à dimensão de insulto, por



anistia vem do grego e do latim tardio e remete à amnésia ou esquecimento. Partimos de algumas variações sobre o mesmo tema, vetorizadas pelos termos verdade, memória, lembrança e esquecimento, para pensar o que a psicanálise tem a ver com isso. É certo que não se trata de uma cura psicanalítica, mas de pensar essa clínica em termos psicanalíticos

106

PERCURSO 52 : junho de 2014

parte do torturador, e de “confissão” ou “delação”, por parte do torturado.

O trauma decorrente de tal violência separa a vida em duas partes: antes e depois. Só que aquele que respira depois não é o mesmo de antes. Um morreu, outro fica em seu lugar. Um outro que transita pelo mundo como que em estado de sonambulismo, como bem sugere o texto de Jorge Semprun¹¹. Há que se criar uma nova vida! Aquele que adentrou a “sucursal do inferno”¹² atravessa a experiência da morte! O sobrevivente é aquele que estaria destinado a morrer, mas não cumpriu esse imperativo por inteiro. É aquele que não se reconhece no que era antes do trauma e que teve que constituir outra vida.

Afasta de mim esse cale-se!¹³

A Clínica do Testemunho é um trabalho terapêutico, que visa à reparação psicológica das vítimas da violência de Estado. Faz parte dos programas de justiça de transição, uma iniciativa da Comissão da Anistia¹⁴. Sua proposta de reparação consiste num trabalho de elaboração da memória, aparente paradoxo, já que o termo

anistia vem do grego e do latim tardio e remete à amnésia ou esquecimento.

Partimos de algumas variações sobre o mesmo tema, vetorizadas pelos termos verdade, memória, lembrança e esquecimento, para pensar o que a psicanálise tem a ver com isso. É certo que não se trata de uma cura psicanalítica, mas de pensar essa clínica em termos psicanalíticos. Como produção subjetiva, de que verdade se trata? Como falar a verdade? Como é possível esquecer o que não pode ser lembrado e admitido pelo saber compartilhado?

A posição do analista na Clínica do Testemunho é a de suportar um encontro com os efeitos de devastação que a função da linguagem sofreu e a consequente impossibilidade de o sujeito se situar em relação a essas terríveis experiências.

A clínica parte do acolhimento das dores, dos afetos, dos signos, das palavras isoladas, e acompanha as intenções e os movimentos que podem promover a passagem daquilo que aparece cravado na carne como um signo, a um saber mais subjetivado.

Maria, após dias de tortura, foi jogada numa solitária fria, sem nenhuma condição de higiene, dias e noites sem que a luz ou qualquer outro sinal fizesse referência à passagem do tempo, além de um prato de comida que era ali depositado. Para suportar, *conversava* com os filhos. João, nos intervalos das sessões de suplício, falava sem parar a noite toda. Mal podia dormir e não deixava dormir os que dividiam a cela com ele¹⁵. Falar e falar, mesmo que freneticamente, era a forma que ganhava a resistência à morte e à desumanização.

“As pedras gritarão”¹⁶!

O horror não era o mal, não era a sua essência, pelo menos, era apenas a sua roupagem. Poderíamos passar horas depondo sobre o horror cotidiano sem tocar no essencial da experiência do campo.¹⁷

A Clínica do Testemunho encontra o mutismo ou a opacidade do horror, que faz surgir no

espaço grupal e no aparelho psíquico do analista ressonâncias que fazem eco ao fenômeno da dor. Não é que não se fale. Fala-se bastante, mas a proximidade com o traumático é sentida pelo índice de dor. A dor como um afeto no entrelaçamento pulsional, fazendo-se limite, ora prestando-se à ação silenciosa da insistência da pulsão de morte, ora enlaçando-se à pulsão de vida, bordejando, contendo, protegendo. Como fenômeno de borda entre o corpo e o psiquismo, entre a linguagem e o mutismo, a dor aparece em sua função de defesa. Defesa da comoção, última barreira no encontro com a loucura e a morte.

Juan David Nasio, em *O Livro da Dor e do Amor*¹⁸, recorre a uma alegoria para pensar o lugar do analista quando as palavras estão em suspenso, quando estamos diante dos gritos dos nossos pacientes. Toma emprestada a experiência estética diante da tela *Head IV* de Francis Bacon e as impressões que ela produz. Essa tela faz parte de uma longa série, um estudo muito atormentado e empenhado sobre o quadro *Inocência X*, de Velásquez, datado de 1650. Bacon insere um grito seco no lugar do sorriso intrigante retratado por Velásquez. Sua pintura chama a atenção pela precisão de expressão de um grito surdo, um grito de silêncio, um grito que absorve. Nasio relaciona a figura da absorção ou da aspiração desse grito com a ideia freudiana da melancolia,

»

*na clínica com os efeitos
do trauma, ou do que Freud
chamaria de neurose
traumática, o analista está
diante dos fenômenos
de limite no humano, diante
da dor do grito mudo*

“como uma hemorragia interna provocada por uma aspiração violenta”¹⁹.

O horror é o que resta e ressoa como impacto naquele que contempla a obra. Assim como acontece com quem está no lugar de testemunha do testemunho, de escuta dos efeitos da violência e da barbaridade!

Na cura psicanalítica, no trabalho com a neurose de transferência, embalado pela malha do princípio do prazer e da associação livre, o analista está em posição de interrogar-se e até mesmo de interpretar. Na clínica com os efeitos do trauma, ou do que Freud chamaria de neurose traumática, o analista está diante dos fenômenos de limite no humano, diante da dor do grito mudo. Há que se renunciar às interpretações, mas também ao ideal de historiador. Para escutar, às vezes temos que saber não ouvir a narrativa dos fatos, das atrocidades às quais ficou submetido aquele que fala agora.

Há que se fazer algo além. Antes de tudo, é preciso criar condições para o trabalho de figurabilidade daquilo que pode constituir uma referência subjetiva. É preciso ver, reconhecer e conter. É preciso ter escudo, espada, sandália alada, sacola mágica e capacete, ser invisível para

11 J. Semprun, *A escrita ou a vida*.

12 Nome dado pelos próprios torturadores à OBAN, in L. D. Duarte-Plon e C. Meireles, *Um homem torturado; nos passos de Frei Tito de Alencar*.

13 Cálice/Cale-se: homofonia do título de uma canção de Chico Buarque e Gilberto Gil, censurada em 1973.

14 A Comissão da Anistia faz parte do Ministério da Justiça e tem como função julgar os processos de pedido de reparação aos que tiveram seus direitos civis violados pelas perseguições políticas na ditadura. Há, pelo menos, 70.0000 processos entre os já julgados e os ainda em julgamento na Comissão da Anistia.

15 Vários relatos escritos e falados descrevem situações semelhantes. Os nomes aqui são fictícios.

16 J. C. Rolland, *Soigner, témoigner*.

17 J. Semprun, *op. cit.*, p. 92.

18 J. D. Nasio, *O livro da dor e do amor*.

19 J. D. Nasio, *op. cit.*, p. 155.



Fernando, “obstinado monge das catacumbas, anotava em papel de seda, em letras microscópicas, o que via e vivia”. Muitas vezes escrevia e destruía o que tinha escrito. Medida de segurança? Encontro com o insuportável?

108

PERCURSO 52 : junho de 2014

abordar o monstro pela transversal. Há que se posicionar como aquele que olha a Górgona pelo reflexo espelhado do escudo.

Diante das situações limite, no auge da dor e da angústia, cabe àquele que acolhe o testemunho *emprestar* seu aparelho psíquico, suportado pela malha de representações do grupo, como espaço intermediário, para visualizar ou até alucinar alguma fantasia na transferência. *Alucinação* que, como fenômeno da atividade imaginativa do analista, como efeito do testemunho, pode suscitar a criação de traços e imagens vívidas, traços e representações transmitidas no trabalho de *ensonhamento*²⁰ no grupo. Trabalho de transmissão intrínseco ao funcionamento das representações, com suas condensações e deslocamentos. A crueza das dores ou as imagens lancinantes que invadem o sujeito podem encontrar imagens, sons, trabalho de composição de *lembranças encobridoras*, catalisadas pela configuração de um objeto compartilhado.

A função intermediária do grupo, da cocorodenação, da escuta da equipe de analistas²¹, dá lugar a diversos registros, próprios do aparelho de memória. Nesse traçado, que vai do grito seco à visibilidade, à representação de um objeto, alguma

coisa pode ficar de fora, criar intervalo e não dito, sem que se fique condenado ao mutismo.

Falamos de um trabalho de *cultura*, da criação de malhas discursivas, separando os sujeitos do lugar de presentificação do horror. O trabalho de tecer diferentes expressões diante de alguém que está arrebatado na petrificação significante sem a mediação das figuras de linguagem.

Trata-se de uma luta e de um luto para que aquilo que é figurado faça barreira de contato, contorno e véu, podendo soar como uma nota musical, uma cor, um ritmo, um cheiro, um fonema. Disso se faz um resto.

Fernando, “obstinado monge das catacumbas, anotava em papel de seda, em letras microscópicas, o que via e vivia”²². Muitas vezes escrevia e destruía o que tinha escrito. Medida de segurança? Encontro com o insuportável? Muitos papéis e escritos foram guardados por anos. Com a ajuda de um amigo, reencontra suas anotações, e publicam um livro.

Para psicanálise, o sujeito é aquele que pode esquecer²³

O trabalho de recuperação da memória

faz com que não haja nada de mais pessoal, de mais íntimo e mais secreto do que a memória, mas que as memórias de uns e de outros, entre parentes, vizinhos, estrangeiros, refugiados – e também adversários e inimigos – estejam incrivelmente enredadas umas nas outras ao ponto de, às vezes, já não se distinguir nas nossas narrativas o que é de cada um: as feridas da memória são, simultaneamente, solitárias e partilhadas. Esse trabalho é um trabalho de luta e corre o perigo da repetição; essa forma de repisar as humilhações – mas também as ações heroicas, o que impede o verdadeiro trabalho da memória que não se limita à caça dos fatos²⁴.

Mais uma vez, vale insistir que um dos elementos mais importantes na manutenção do efeito traumático da experiência da tortura,

do banimento, do exílio e da clandestinidade é o desmentido do discurso social que confina a violência, o terror, a uma esfera de âmbito privado. Nesse sentido, o fora, o outro, não é confiável. Encontrá-lo é sempre o encontro com o estranhamente familiar. Fica-se desoladamente só ou se faz um pacto de recusa de sua própria experiência, como uma defesa, um simulacro de proteção. Rejeição que muitas vezes foi o único recurso para sair da sobrevivência e criar uma “outra vida”, mas que, por sua persistência, constituiu-se na manutenção do mandato de morte!

Aliás, esse é um dos efeitos mais aterradores dessa máquina de demolição: os sujeitos foram expostos a tal condição de dor, de frio intenso, de escuridão, de abandono, que sobrevém a ruptura da aliança com seu próprio corpo, a erosão do si-mesmo. É certo que muitos puderam se recompor, se refazer na convivência com companheiros no cárcere, como nos contam os que falam das relações de apoio entre eles e de suas atividades de artesanato, estudo e escrita. Porém, como bem disse Marcelo Viñar, “a barbárie totalitária compreendeu bem o saber psicanalítico e utilizou métodos muito bem elaborados que levam em conta esta verdade originária: a primazia da relação do homem com seu corpo”²⁵ e a dependência desse laço com o outro.

Como efeito de tal devastação, há uma perda brutal de confiança no mundo e no semelhante. Isso aparece no profundo isolamento, nos relatos, no modo como se fazem presentes, ou ainda na

20 René Kaës, apoiado na tese de D’Anzieu, propõe pensar o trabalho em grupo como um espaço onírico, onde o inconsciente se inscreve em vários registros, em várias linguagens.

21 A Clínica do Testemunho no Instituto Projetos Terapêuticos tem uma equipe com oito psicanalistas, sendo eles: Cristina M. E. Herrera, Issa Mercadante, M. Beatriz Vannuchi, Maria Marta Azzolini, Pedro Tavares Antunes, Rodrigo Blum, o coordenador, Moisés Rodrigues da Silva e, como interlocutora teórico-clínica, Caterina Koltai. A clínica se organiza com um grupo de atendimento, em torno do qual se articula o projeto clínico, acompanhado de intervenções de atendimentos familiares, individuais e mesmo medicamentosos. Trabalhamos em coterapia nos grupos e famílias.

22 F. Betto, *Diário de Fernando*, p. 12.

23 C. Garcia, “História e Psicanálise”, p. 42.

24 P. Riqueur, “O bom uso das feridas da memória”, p. 2.

25 M. e M. Viñar, *Exílio e tortura*, p. 46.

»
*a sensibilidade à flor da pele
para a desqualificação de seu
testemunho se dá, justamente,
porque em geral ninguém quer ouvir.
Qualquer um que se coloque
no lugar de saber é revestido
de desconfiança*

hesitação da busca de reparação, manifestações que atestam a desconfiança e a desolação do profundo abandono social a que foram relegados.

O analista ou terapeuta que se fizer presente em nome do *bem* ou do *saber* ou da *ciência* será rejeitado e reproduzirá a ruptura por se colocar como alvo da desconfiança ou mesmo do ódio. Aliás, não há saber que dê conta! Dispor-se ao encontro com os efeitos do *pior* consiste em deparar com seus efeitos no cerne da transferência, tanto com a equipe de atendimento, como com o próprio grupo, ou a clínica como um todo.

Muitas vezes, surgem nos relatos figuras de *outros terapeutas* que escutaram seu sofrimento em busca de alguma patologia em sua narrativa. A sensibilidade à flor da pele para a desqualificação de seu testemunho se dá, justamente, porque em geral ninguém quer ouvir. Qualquer um que se coloque no lugar de saber é revestido de desconfiança.

Contudo, aquilo que constitui o testemunho mais trágico dessa experiência é a incorporação da loucura incutida pela *língua do torturador*, solapando e buscando destruir as possibilidades de restauração subjetiva e o acesso à vida viva. O efeito de ruptura promovido pelo terror não só



*a morte como uma assombração
muitas vezes retorna em eventos
acidentais, doenças e episódios
melancólicos. Isso se reapresenta
também pela figura da ruptura,
pela desarticulação do laço, pela
repetição do que, no decorrer
da vida de cada um, ficou como
marca da impossibilidade
de ligação com o outro*

110

PERCURSO 52 : junho de 2014

pretende a demolição das representações com as quais o sujeito se identifica, o que intensifica o desamparo, mas busca introduzir, por meio do ódio, o carrasco na pessoa de sua vítima.

Durante a noite sou acometido de alucinações auditivas. Vozes múltiplas me chamam pelo nome e impõem ordens. Todos os meus pensamentos e ideias parecem continuamente captados e gravados a distância. ...são imagens díspares, fugazes, terríficas, traços necrófilos de perfis indefinidos; porém assustadores. E elas impedem que o sono me vença²⁶.

“Como contornar a lógica da tendência se o sabotador, com toda a sua malícia, instalou-se dentro da cabeça, enfiou-se no interior do interior, sugando os esforços e comprometendo a objetividade do pensamento?” Como fazer fluir a memória se as grades estão nela ainda “duramente plantadas”, “grades que continuam imaginárias, a me comprimir o cérebro?”²⁷

É importante sublinhar que não estou me referindo à loucura como efeito psicopatológico no torturado, pois isso seria patologizar a experiência subjetiva daquele que foi submetido ao terror, dar continuidade aos intentos da tortura.

Ao contrário, falo dos efeitos do implante da patologia do torturador, que invade com a incrustação da culpa, da vergonha, e com a presentificação de seus insultos e vozes perfurantes, aos quais os corpos e almas foram submetidos.

Pedro²⁸, numa Conversa Clínica Pública²⁹, contava que no exílio, depois de ter sido seqüestrado, preso, torturado e banido, buscou uma psicoterapia. Tomou coragem e começou a tentar buscar palavras para relatar o que se passou com ele. Seu testemunho teve como retorno uma pergunta: desde quando o senhor começou a delirar? Sua indignação fez com que abandonasse o tratamento e aderisse a um grupo de encontro entre exilados. Felizmente ele teve forças para rejeitar essa “interpretação” e não se submeter a mais esse desmentido. É claro que quem passou pelo pior não desconfia da existência dessas dores, porque elas não se apagam. Mas o desmentido no outro pode causar muitos fenômenos de confusão, de desconfiança de si mesmo, reafirmando a língua do carrasco.

Tanto Rolland – em seus escritos sobre Frei Tito – como Sironi e Viñar já nos alertaram que o caminho para pensar os efeitos avassaladores da tortura deve passar pela pergunta sobre a *língua do torturador*, pelo que ele pretendia instalar no corpo e na alma do torturado. Apontaram de que forma a *técnica* que compõe a intensidade insuportável de dor física e privações físicas e afetivas com os insultos e ataques aos principais enunciados de identidade do militante, seus suportes narcísicos, busca levar suas vítimas à morte³⁰.

A morte como uma assombração, uma injunção e a condição de absoluta impotência diante da ameaça muitas vezes retorna em eventos acidentais, doenças e episódios melancólicos. Isso se reapresenta também pela figura da ruptura, pela desarticulação do laço, pela repetição do que, no decorrer da vida de cada um, ficou como marca da impossibilidade de ligação com o outro.

O trabalho com os efeitos traumáticos da violência consiste na construção de memória, porque o trauma é precisamente aquilo que não

se faz passado. Para Freud, a consciência e a memória eram incompatíveis. O trauma como exceção é dissociação entre o passado e o presente: uma pedra no caminho, que insiste em machucar, gritar, em causar o horror. Requer um trabalho de fusão, de incorporação e transmissão em termos audíveis, a fim de permitir sua substituição.

A tarefa de sujeição do trauma ao aparelho de linguagem cabe a cada um e a todos, pois depende de que os testemunhos tenham alguma incidência nos espaços coletivos. O grupo, como um dispositivo de suporte desse trabalho, apresenta-se com um espaço transicional, lugar de jogar carretéis, forjar palavras que localizem o acontecimento traumático no mundo.

O encontro das palavras ou de outras formas plásticas de sublimação da dor pode acontecer por meio dos projetos de depoimentos nas Comissões da Verdade, pela militância política, através de escritos literários, estudos acadêmicos, reportagens jornalísticas, canto, pinturas, colagens, esculturas, cinema, projeto clínico, etc. Toda essa parafernália destina-se a resgatar a *dignidade da língua*³¹.

O campo de significantes é infinito. A propriedade de significação é que é finita, limitada. De qualquer modo, essa labuta e essa luta são trilhadas com a parceria da angústia, pois o

»
*o grupo, como um dispositivo
de suporte desse trabalho,
apresenta-se com um espaço
transicional, lugar de jogar
carretéis, forjar palavras
que localizem o acontecimento
traumático no mundo*

percurso sublimatório margeia o delicado traçado da dor, tem proximidade com o inominável! A sublimação é um destino, mas não um refúgio!

Não há tutela possível no encontro com o maldito. Entretanto, isso não implica desconsiderar a função que ganham os efeitos dos testemunhos nas formações da cultura, nos rituais de justiça, para aguentar, suportar os restos de assombração da morte, do definhamento, da aniquilação, da destruição e do desaparecimento.

26 Frei Betto, *op. cit.*, p. 42.

27 L. R. Salinas Fortes, *Retrato calado*, p.100.

28 Nome fictício.

29 Conversa Clínica Pública é um dispositivo da Clínica do Testemunho do Instituto Projetos Terapêuticos, onde convidamos as pessoas presentes a falar a partir da exibição de algum filme, geralmente documentários que trabalham com testemunhos. É um dispositivo de sensibilização e acolhimento do testemunho em público, trabalho de intervenção sobre aquilo que apontamos como desmentido do discurso social. Ou seja, chamamos de Conversa Clínica algo que não é um evento público, mas um trabalho de clínica ampliada.

30 “Se não falar será quebrado por dentro, pois sabemos fazer as coisas sem deixar marcas visíveis. Se sobreviver jamais esquecerá o preço de sua valentia.” Capitão Albernaz para Tito, segundo seu testemunho. L. D. Duarte-Plon e C. Meireles, *op. cit.*, p. 167.

31 J. C. Rolland, *op. cit.*, p. 3.

Referências bibliográficas

- Arantes M. A. (2013). *Tortura*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Betto F. (2009) *Diário de Fernando*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Blanc A. (2012). *Em Busca da Justiça*. Disponível em <www.oab.org.br/artigo3130>. Acesso em: 3 mar. 2014.
- Braunstein N. (2006). *Sobrevivendo ao Trauma*. Disponível em <nestorbraunstein.com/.../index.php>. Acesso em: 30 abr. 2014.
- Duarte-Plon L. D.; Meireles C. (2014). *Um homem torturado – nos passos de Frei Tito de Alencar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Garcia C. (1988). História e Psicanálise. In *Percursos na História da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora.
- Koltai C. (2014). O testemunho entre História e Psicanálise. *Revista de Psicologia da USP*. São Paulo (n. especial no prelo).
- Nasio J. D. (1997). *O livro da dor e do amor*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Riqueur P. (1938-1945). O bom uso das feridas da memória. In *Les résistances sur le Plateau Vivarais-Lignon; Témoins, témoignages et lieux de mémoires. Les oubliés de l'histoire parlent*. Paris: Editions du Roure. Disponível em: <www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/>. Acesso em: 20 abr. 2014.
- Rolland J. C. (2011). Soigner, témoigner (palestra proferida em 18 jun. 2011 durante o V Colóquio da Associação Primo Levi, tendo como tema: "Linguagem e Violência: os efeitos dos discursos sobre a subjetividade de uma época". Disponível em: <www.dominicanos.org.br/textos/frtito/htm>. Acesso em 20 mar. 2013.
- Salinas Fortes L. R. (1988). *Retrato calado*. São Paulo: Marco Zero.
- Semprun J. (1995). *A Escrita ou a Vida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Sironi F. (2011). *Carrascos e vítimas – Psicologia da tortura*. São Paulo: Terceira Margem.
- Viñar M; Viñar M. (2009). *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta.
- Waintrater R. (2003). *Sortir du génocide – temoignage et survivance*. Petite bibliothèque, Paris: Payot.

After all, what does a psychoanalyst do in the Clinic of Testimony?

Abstract This essay testifies a psychoanalytic practice in Clinic of Testimony from Instituto Projetos Terapêuticos (Therapeutic Projects Institute), São Paulo. As a practice inserted in a program for victims of violence of the State from Amnesty Commission, this clinic has its specifics. The therapeutic proposal consists in creating intermediary spaces which allow recovery and the creation of a network of representations and traces of memory that may restore place in the subject's history for something which is marked as a trauma and presents itself through the imperative of pain, silence and denial.

Keywords violence; social bond; denial; pain; testimony and language.

Recebido em: junho de 2014.

Aprovado em: agosto de 2014.